

Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014

1

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014	Emendas da CCJ
	Altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	
		Emenda nº 1 – CCJ (de redação) Dê-se ao preâmbulo da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014, a seguinte redação:
	As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:	“As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:
	Art. 1º O <u>art. 23 da Constituição Federal</u> passa a vigorar acrescido do inciso XIII:”
Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:	“ Art. 23.	
..... XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.	
	XIII - garantir a segurança pública.	
Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.(NR)”	
	Art. 2º O art. 24 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do inciso XVII:	
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:	“ Art. 24.	
..... XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.	



Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014

2

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014	Emendas da CCJ
	XVII - segurança pública.	
§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.(NR)”	
		Emenda nº 2 – CCJ (de redação) Dê-se ao art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014, a seguinte redação:
	Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.	“ Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.”

